

Imigração subsidiada em São Paulo: uma abordagem historiográfica.

KÁTIA CRISTINA PETRI*

[...] os significados sociais gerais muitas vezes revelam aos sujeitos históricos os “lugares” onde as lutas de classe e outros conflitos presentes numa determinada sociedade se revestem de um caráter político mais decisivo – isto é, potencialmente transformador. Para o historiador, talvez haja aqui uma pista decisiva: no processo de definição de seu objeto, seria importante delimitá-lo na confluência de muitas lutas, no “lugar” onde não seria possível determinar com qualquer precisão o que seriam os aspectos econômicos, sociais, políticos ou ideológicos do processo histórico em questão. (CHALHOUB)

Como coordenadora do setor de Ação Educativa do Arquivo Público do Estado de São Paulo, em 2002, participei da realização de um estágio para alunos da graduação em História da UNESP – Universidade Estadual Paulista –, campus Assis, e o Arquivo do Estado. Esta atividade envolvia todos os setores da área de Apoio à Pesquisa¹: durante duas semanas os alunos vivenciariam o cotidiano da instituição, desde o setor de consulta até conservação e restauro. O tema do estágio era a imigração.

Foi a primeira vez que tive contato com a extensa documentação sobre o assunto, eram documentos sobre núcleos coloniais que registravam, em relatórios acompanhados de fotografia, o cotidiano dos lavradores, suas casas, suas famílias; também estavam guardadas as cadernetas de anotações dos débitos contraídos nos armazéns das fazendas em que trabalhavam, os seus passaportes, bilhetes de entrada e transporte ferroviário, além de muitas referências à situação de miserabilidade que alguns viviam, os pedidos de devolução do dinheiro gasto na viagem, solicitação das rações² diárias, enfim, a dinâmica que envolvia a imigração paulista. O estágio acabou, duas semanas depois, mas meu interesse pela documentação permaneceu até agora: a questão do cotidiano, das vivências registradas naqueles documentos, naquelas imagens, tornaram-se meu objeto de pesquisa, de reflexão³.

* Mestre em História Social.

¹ Estas áreas obedeciam a um organograma no período em que o Arquivo do Estado de São Paulo estava vinculado à Secretaria de Estado da Cultura do Governo de São Paulo. A partir de 2009, a instituição ficou subordinada à Casa Cível e, na página eletrônica (www.arquivoestado.sp.gov.br) aparece como Arquivo Público do Estado de São Paulo, que também será adotado, para as referências documentais apresentadas, ao longo desta dissertação.

² São as refeições. É possível encontrar, nos editais, a convocação para o fornecimento de rações diárias aos imigrantes alojados nas hospedarias da Capital e de Santos.

³ Que resultou em 2010 na dissertação “*Mandem vir seus parentes*”: a Sociedade Promotora de Imigração

A imigração em São Paulo é um tema que interessa aqueles que estudam a história de São Paulo, importância que é aumentada nos momentos que antecedem as efemérides – como foi o caso do centenário da imigração japonesa –, alguns aspectos também estão presentes, tais como: imigração por nacionalidade, demografia imigrantista, relatos, diários, comércio, indústria, são alguns dos temas estudados. Na medida em que a documentação foi se apresentando, as abordagens e as perspectivas historiográficas foram sendo configuradas. Como apresenta Thompson,

Se supomos que as más colheitas e a fome são causadas pelo castigo de Deus por nossos pecados, não poderemos fugir a esse conceito apontando a seca, as geadas tardias e as pragas, porque Deus bem poderia ter escolhido esses instrumentos para se manifestar. Temos que romper as velhas categorias e criar outras, novas, antes de podermos “explicar” a evidência, que sempre esteve ali. (op. cit., 1981, grifo do autor)

A possibilidade de trabalhar com o acervo foi fundamental para este aprofundamento. Num primeiro momento, os núcleos coloniais apareceram como possibilidade de pesquisa.

Os núcleos eram fundados pelo governo geral e atendiam as necessidades prementes de ocupação de terras em regiões com pouco adensamento populacional, portanto, eram também estratégicos, permitiam que os imigrantes, depois de cinco anos, se tornassem proprietários de seus lotes de terra e, quando perto das cidades, serviam para abastecer as feiras locais com o excedente produzido em seus lotes. Além disso, poderiam, em períodos de colheita, trabalhar nas fazendas de café e, nas entressafras, trabalharem na limpeza e conservação dos cafezais.

Os questionamentos sobre as condições de vida destes trabalhadores rurais, suas contratações e como chegavam à província foram levando a pesquisa para outros caminhos que deixaram de se fixar nos núcleos coloniais. Os sujeitos sociais presentes no espaço do trabalho rural era o cerne da reflexão que, aos poucos, ia adquirindo novos contornos, outras perspectivas de abordagem da documentação estudada.

Sendo assim, a estruturação e organização da imigração em São Paulo foram sendo reveladas e as práticas sociais narradas pelos diferentes sujeitos que a documentação ia aos poucos se revelando. Eram, jornais, relatos de imigrantes, cartas, relatórios de presidente de província, de polícia, diferentes fontes documentais produzidas revelaram,

em São Paulo (1886-1896), defendida no programa de pós-graduação em História Social da PUC/SP, sob orientação da professora Doutora Olga Brites com bolsa produtividade CNPQ.

entre outras possibilidades, o cotidiano da imigração a partir daqueles que a promoveram, não só o poder público, mas todos aqueles envolvidos no processo.

Como destaca Certau (2007), ao distinguir um dado de uma hipótese, “um fato, em primeiro lugar é indicativo”. (op. cit.), portanto, temos a possibilidade de compreender os elementos presentes na estruturação de uma política pública voltada para a introdução de mão de obra imigrante, onde o governo provincial contribui para que todo um aparato legal seja montado garantindo que o processo tenha respaldo jurídico-administrativo. Dentro desta dinâmica é que se insere nossa reflexão.

Durante as décadas de 1970-1980, a historiografia pautou sua reflexão sobre os avanços da produção cafeeira em São Paulo a partir da dicotomia entre o Vale do Paraíba e Oeste “velho” e “novo” paulista.

[...] venham, pois, os filhos do norte da província para o oeste de S.Paulo.
É aqui que se realiza infallivelmente o dito popular:
“Quem trabalha Deus ajuda.”
E quem Deus ajuda, enriquece! (A Província de São Paulo, 1888, grifos do autor)

Em seu livro *Imigrantes para o café*, Thomas Holloway (1984) aponta que, dependendo da região, os cafeicultores tiveram percepções diferentes em relação às leis que limitavam a manutenção e reprodução da mão de obra escrava.

No Vale do Paraíba, devido à sua estagnação agrícola, a abolição representava um severo golpe contra a economia cafeeira da região, enquanto que, para o Oeste Paulista, elas representaram um alívio, pois os cafeicultores já disponibilizavam de mão de obra imigrante.

Ao valorizar a dicotomia entre o imobilismo do Vale do Paraíba e o empreendedorismo presente nos cafeicultores do Oeste Paulista, podemos desconsiderar questões subjacentes que podem contribuir para uma melhor compreensão dos aspectos presentes na reflexão proposta pelo nosso objeto de análise, mas também não é presumível – como inicialmente cheguei a considerar – deixar de lado algumas características presentes nestas regiões. Gostaria de me deter um pouco mais nesta abordagem sobre o oeste paulista e Vale do Paraíba e como alguns autores abordaram esta questão.

Os autores que apresento são aqueles que refletem sobre o papel da subvenção para incentivar a introdução de imigrantes europeus nas lavouras cafeeiras de São Paulo entre 1886-1896.

A insistência reside numa perspectiva maior: entender como os mecanismos que possibilitaram a política de subsídio adotada por São Paulo durante as duas últimas décadas do século XIX foram se estruturando, isso porque iniciativas de subvenção e de organizações privadas para incentivo da imigração ocorreram durante grande parte do século XIX, mas várias foram malogradas.

É possível apontar que, a medida em que a produção cafeeira se desloca do Rio de Janeiro⁴ – devido a decadência da produção rural vivida na cidade – para São Paulo, além da conhecida melhoria da qualidade do solo, as mudanças na forma de ocupar a terra, da produção cafeeira, também diminuem.

“Mandem vir seus parentes”, esta era a chamada feita pela Sociedade Promotora de Imigração de São Paulo para que os imigrantes já residentes na província paulista convidassem seus familiares para trabalharem na lavoura, mais especificamente, para trabalharem com o café, a indicação para imigrar era a prerrogativa adotada pela Promotora.

Fundada em São Paulo, a Sociedade Promotora de Imigração vai funcionar durante o decênio de 1886-1896, entidade privada que concentrava importantes fazendeiros paulistas, dos quais entre eles podemos destacar: os irmãos Prado, Antônio Prado e Martinho Prado Júnior, o Visconde de Parnaíba, Jorge Tibiriça.

A Promotora regulou o processo de entrada de imigrantes através de subsídios e se difere de iniciativas que a antecederam no que concerne a organização, promoção e contratação das estruturas necessárias para o envio dos imigrantes, como foi o caso da Sociedade Auxiliadora de Imigração que promovia a intermediação entre o governo e os cafeicultores, mas não recebia subsídios nem tampouco firmava os contratos entre fazendeiros e imigrantes, enquanto a Promotora estabelecia contratos que eram feitos com cias. de navegação – responsáveis pelo transporte, de 3º classe, dos imigrantes que viriam para São Paulo –, alocava agentes responsáveis pelos contatos na Europa, além de também ficar a cargo da entidade a divulgação das condições favoráveis para migrar ao Brasil. Estas são algumas de suas principais atribuições.

A dissertação de Maria Eliana Basile Bianco (1984), sobre a Promotora, é um dos primeiros trabalhos voltado para a atuação da entidade. Basicamente sua pesquisa consiste em levantamento de dados e referências sobre os sócios da Promotora, a

⁴ Vale do Paraíba fluminense.

importância de cada um para a província, uma breve biografia dos membros mais “representativos” dentro da política agrícola paulistana.

A autora apresenta gráficos da movimentação de entrada dos imigrantes no Porto de Santos e na Hospedaria do Imigrante, tanto a localizada no Bom Retiro como a da Mooca. Sua preocupação centra-se na descrição de como foi montado todo o aparato para o subsídio, e para tanto a autora se utiliza dos relatórios de presidente de província e alguns recortes de jornais.

Para Basile Bianco, a Sociedade Promotora de Imigração “constitui uma organização que obteve êxito, em seu funcionamento”, tal fato só foi possível por dois aspectos centrais.

O primeiro refere-se à necessidade premente de mão de obra para a lavoura cafeeira, obrigando São Paulo a adotar novas soluções para atender a demanda. Complementando este aspecto, temos o segundo ponto apresentado pela autora:

a inserção de uma nova mentalidade, da aristocracia rural brasileira, a do oeste de São Paulo, dotada de certa mentalidade empresarial, que se diferenciará da aristocracia tradicional, pela modernização das fazendas, com a introdução de novas técnicas agrícolas e, principalmente pelo “uso” que fará da mão-de-obra imigrante. (op. cit., 1984, grifo da autora)

A defesa de uma nova mentalidade dos cafeicultores do oeste paulista seria justificada – para a autora – pelo empreendimento adotado para a introdução de mão de obra europeia nas suas lavouras. Abordagem feita por uma historiografia que dividia a província de São Paulo em: oeste paulista e Vale do Paraíba, como ressalta Thomas Holloway em seu livro “Imigrantes para o café”.

As leis imperiais que limitavam a escravidão tiveram percepções diferentes no Vale do Paraíba e no Oeste Paulista. No primeiro, devido a sua estagnação agrícola, a abolição representava um “golpe severo”, enquanto no Oeste Paulista ela representou um alívio, pois os cafeicultores já disponibilizavam de mão-de-obra imigrante. (op. cit., 1984)

Portanto, ao estudar a Sociedade Promotora da Imigração, seus membros fundadores, os contratos firmados com cias. marítimas para introdução de imigrantes, a autora aponta para avanços – que segundo ela – só foram possíveis graças ao empreendedorismo do oeste paulista, “a organização que mais obteve êxito, na introdução de imigrantes para as lavouras de café, do oeste paulista, foi a Sociedade Promotora de Imigração.” (op. cit., 1984)

Mas, nem sempre a análise se evidencia de forma tão direta e simples. Mesmo quando concluímos que existia um caráter diferenciado nos produtores rurais do oeste paulista, as evidências apontam para nuances, para aspectos presentes na “mentalidade progressista” – como adjectiva Maria Eliana Basile –, destes cafeicultores que, algumas vezes, podem representar o conservadorismo tão personalizado dos produtores rurais do Vale do Paraíba, principalmente se observados no cotidiano das fazendas e no trato com os imigrantes. Como aponta uma correspondência enviada por Fernando Barros Gurgel⁵ para o Presidente de Província, Barão de Parnaíba, em resposta a um telegrama que fazia reclamações sobre a escassez da provisão de alimentos e falta de trabalho para alguns imigrantes da fazenda:

[...] encarregado dos emigrantes que vem para esta fazenda, apresso-me a levar ao conhecimento de V.Excia. que faltaram a verdade totalmente porque a alimentação sido bôa e farta e quanto a trabalho tambem não lhes falta porque não havendo para todos nesta fazenda ha bastante na do Guataparâ do mesmo meu patrão [...] aconselhados [os imigrantes] por alguns patricios residentes na Villa do Ribeirão Preto e pessoas mal intencionadas que procurão perturbar a bôa ordem das coisas para fins injustificaveis [...] (APESP⁶, 1887)

As reclamações eram recorrentes, principalmente quando o assunto era alimentação. Alguns imigrantes relatavam que não recebiam a ração⁷ em tempo hábil, obrigando-os a recorrer aos seus pares ou racionar os alimentos.

Antes do oeste paulista e depois dele, ou seja, para Maria Eliana Basile Bianco, é possível perceber que durante o período onde prevaleceu a produção na região do Vale do Paraíba, poucas iniciativas haviam sido adotadas para o desenvolvimento econômico da região, as estradas de ferro eram incipientes e grande parte do transporte era feito por animais, o escoamento da produção era através do porto do Rio de Janeiro distante e moroso.

Começamos esta carta sob a influencia fria e impertinente d’uma chuva miuda, continua e extemporanea.
Dizemos extemporanea porque é raro, nestas regiões, chover abundantemente como nos ultimos dias, n’este doce e confortavel mez de Maio [...] o café, já

⁵ Administrador da fazenda Albertina, de Martinho Prado Júnior, cafeicultor da região do oeste paulista.

⁶ Arquivo Público do Estado de São Paulo

⁷ O termo *ração* é utilizado como forma de designar a alimentação destinada aos imigrantes, tanto nos núcleos coloniais como nas hospedarias.

maduro, cahindo por efeito das chuvas, das arvores não *coroadas*, segundo a linguagem rural, e também perdendo-se.

Mas o lavrador paulista, habitante d'oeste, é sempre o mesmo homem em todos os transes: intrepido e resoluto, sacode o hombro com sincero desdem: – o que sobra póde perder-se.

E tem razão. Tão grande é a colheita de café este anno no oeste, que dir-se-ia um facto providencial. (A Província de São Paulo, 1888, grifo do autor)

Mais uma vez, a polaridade de análise que trata da questão da mão de obra em duas frentes, Vale do Paraíba e Oeste paulista, convém para a compreensão dos avanços da produção de café. Entretanto, somente esta abordagem não possibilita uma leitura crítica sobre a construção da memória sobre a imigração em São Paulo, os avanços, lutas e permanências que o tema apresenta para reflexão:

[...] explicação que se serve de recurso de interpretar as transformações ocorridas no Oeste paulista em contraposição ao Vale do Paraíba, como consequência de uma “mentalidade” específica dos empreendedores daquela área.

Na verdade, com tal esquema, não se faz mais que repetir, reformulando-a, embora, e com pretensão científica, a ideologia do Oeste paulista que atribuía aos fazendeiros do Vale o epíteto de “emperrados”. Ora, o papel da análise, a nosso ver, consiste justamente em procurar compreender, as condições estruturais que impeliram a lavoura da área mais nova a buscar definições econômicas diversas estimulando nos seus fazendeiros um comportamento diferencial e, correlatamente, a “mentalidade” peculiar – agora percebida como *resultante* e não mais, de forma simplista, como *causa*. (BEIGUELMAN, 1977: 52, grifos da autora).

Já para Ivison Poletto dos Santos (2007), apesar da Promotora se declarar como sociedade privada, as “suas fontes e recursos eram exclusivamente as verbas públicas e as subvenções, estas duas relacionadas com as concessões de serviços públicos prestados ao governo de São Paulo e ao governo geral.” (op. cit., 2007) sendo, portanto, a agência oficial de imigração do governo provincial.

O autor não vê a Sociedade Promotora como um agente de colonização e povoamento, para ele, a fundação e o sucesso do empreendimento residem na defesa dos interesses que eram comuns aos cafeicultores paulistas e tendo o estado como um “estupendo cliente, pagando em dia seus compromissos com a Sociedade e, mais importante, garantindo a demanda para os seus serviços” (op. cit., 2007). Os legisladores apoiavam a manutenção desta política pública, portanto, para o autor, em sua maioria os políticos paulistas eram favoráveis e “legislavam em causa própria”.

Para Ivison Poletto (2007), ao incentivar a entrada de imigrantes, São Paulo tem um aumento considerável em sua população, gerando um crescimento da riqueza nacional e, ao aceitar famílias inteiras, considerando os idosos e inválidos, e famílias chefiadas

por mulheres viúvas, é possível afirmar que “os ideólogos da Sociedade Promotora colocaram em prática [...] os preceitos das idéias de [Adam] Smith [...] sua influência no pensamento da elite brasileira é inegável. (op. cit., 2007)

O pensamento de Adam Smith e suas aplicações, para o autor, podem estar presentes, por exemplo, em um artigo publicado no Correio Paulistano, em 08 de janeiro de 1889, destacando que “imigração é uma expressão científica e concorre para a riqueza das nações”, portanto, para Ivison Poletto, as “idéias de Smith estavam sendo lembradas e citadas”. (op. cit., 2007)

Uma provocação interessante que o autor faz, mas infelizmente não aprofunda e que precisa ser mais explicitada para considerá-la, ou não, é sobre os objetivos da Promotora. Até o presente momento, a documentação pesquisada apontava para os “braços para a lavoura” como justificativa para a fundação de entidades que promoviam a imigração, mas Ivison Poletto dos Santos questiona esta intencionalidade e sugere que

Seu interesse era também fixar o homem nas terras brasileiras e, na medida do possível, promover sua completa inserção na sociedade brasileira. Na realidade ela [Promotora] os queria como brasileiros pelos mais diversos motivos que não só o trabalho na lavoura de café. (op. cit., 2007: 108).

Portanto, para o autor, podemos considerar que o projeto de civilidade e branqueamento da sociedade através do incentivo à imigração era um dos pilares intrínsecos ao projeto paulista, questão que nos remete ao projeto de “civilizar os brasileiros”.

Outro trabalho que contribuiu para a reflexão foi a tese de doutorado, em História Econômica, de Paulo Cesar Gonçalves (2008), “Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração européia para o novo mundo”. Sua pesquisa versa sobre o papel das cias. marítimas no transporte de imigrantes para a América, a documentação trabalhada pelo autor é brasileira e italiana. Sua temática não se centra na questão da Promotora, mas a contribuição de sua pesquisa está nos questionamentos que faz sobre as relações entre a Promotora e Ângelo Fiorita, um importante e representativo mercador proprietário de uma Cia de Navegação. Para Paulo Cesar, a importância da Sociedade Promotora de Imigração reside na sua finalidade, sendo um importante canal para a transferência do dinheiro público para as companhias de navegação e agências contratadas para a introdução de imigrantes, destacando dois momentos distintos no processo da política pública para imigração em São Paulo:

O primeiro que cobriu o início da imigração sob grandes contratos até a virada do século, marcado pela prevalência dos imigrantes subsidiados. O

segundo, quando o padrão se inverte e os espontâneos tornam-se o principal grupo. No entanto, isso não representou alteração na essência da política de imigração oficial. Suprir a lavoura cafeeira de mão-de-obra ainda era seu principal intento. (op. cit., 2008: 436)

A demanda por mão de obra, a produção em larga escala, e os avanços do comércio são considerados pelo autor como elementos fundamentais para a compreensão do Oitocentos. O homem é desterrado, não tem mais o vínculo com a terra como o feudalismo impunha. Uma rede de intermediários é montada: são “agentes e subagentes de emigração e agências de recrutamento, instituições públicas, companhias ferroviárias, companhias de colonização, propagandistas, bancos e pequenos banqueiros, casas de câmbio e hospedarias” para atender a demanda do maior fluxo migratório que já ocorreu no Velho Mundo.

Portanto, para Paulo Cesar Gonçalves, mais do que a questão agrária que visava somente braços para a lavoura, o que temos é a emergência do capital representado pelas companhias de navegação, e salienta:

[...] cumpre-se traçar um paralelo entre o tráfico negreiro e a rede envolvida no recrutamento e transporte emigrantes europeus. Em meio a semelhanças e diferenças, ambos existiram basicamente pela necessidade de canalizar mão-de-obra de um lugar para outro [...]. Sob o aspecto moral, se o comércio de cativos era contemporaneamente condenado, no limite, particularmente nos primeiros anos da grande emigração os vapores ficaram conhecidos como *navi di Lazzaro*, os *mercanti di carne umana* também foram alvos de severos julgamentos [...]. Pode-se até não aceitar que o primeiro integrou o processo de acumulação primitiva de capitais, enquanto o segundo – caso em que certamente a polêmica é menos – constitui-se em uma empresa capitalista, mas seria difícil não perceber o objetivo em comum: a busca por ganhos financeiros (op. cit., 2008: 438, *grifos do autor*)

E ao concluir sua reflexão, o autor aponta o Oceano Atlântico como palco principal, desde o século XVI, com o tráfico negreiro, e no Oitocentos, já com a “égide do livre comércio”, para a consolidação dos mercadores de braços como capitalistas.

Enfim, ao abordar as questões econômicas que caracterizam o período pesquisado, temos a possibilidade de um diálogo interdisciplinar que aponta para uma ampliação no debate; característica fundamental para uma pesquisa que pretende refletir sobre o financiamento público para a produção privada, neste caso, da lavoura cafeeira do final do século XIX.

As características da Sociedade Promotora de Imigração apontam para um amadurecimento na elaboração de um projeto regional amplo, não existia interferência direta do governo imperial nas questões relativas aos investimentos econômicos para o

fomento da imigração, o dinheiro que permeou as relações contratuais entre os agentes públicos, a Sociedade Promotora e aqueles que intermediavam a contratação saiu dos cofres públicos paulista. Mais do que isto, o subsídio foi gerido, de 1886 até 1896, por uma empresa privada, com capital social privado e de responsabilidade de um grupo de “ilustres” cafeicultores para organização, divulgação e introdução dos trabalhadores.

Podemos questionar que somente a verba voltada para introdução de mão de obra não seria justificativa para caracterizar uma política pública, mas a política adotada pelos paulistas convergia no subsídio. Todo um aparato foi montado para legitimar a organização e função pública da Sociedade Promotora de Imigração e o subsídio pode representar um marco nas relações de trabalho voltadas à produção rural.

A Sociedade Promotora de Imigração nos permite discussões que são concernentes a alguns aspectos referentes à adoção desta política imigratória, e ao mesmo tempo, confere um diálogo entre as iniciativas, adotadas pelo poder público local e a Promotora, esta com suas ações respaldadas nas medidas legais proporcionadas pela parceria entre o público e o privado.

A prerrogativa da política pública paulista para imigração reflexiona a dinâmica estabelecida pelos cafeicultores para sanar seus problemas em relação à mão de obra escrava que estava em franca decadência devido às leis e manifestações de resistência que limitavam o trabalho escravo.

Compreender como foi montado todo um aparato público/privado para atender a grande demanda por trabalhadores rurais, que encontrou no imigrante uma alternativa para suprir a ausência de mão de obra, principalmente durante a segunda metade da década de 1880, possibilita centrar a reflexão nos aspectos vinculados às transformações ocorridas no trabalho rural – com a entrada maciça de imigrantes europeus, denominados “braços para a lavoura” –, e algumas das medidas que foram adotadas por São Paulo para evitar que a produção cafeeira sofresse o menor impacto possível, principalmente, a partir da década de 1870, com a promulgação da lei nº 2040, conhecida como lei do ventre-livre.

Por conseguinte, não convém discutir sobre outras diretrizes adotadas para a introdução do trabalho imigrante, como o contrato de parceria⁸. Os esforços são para uma

⁸ O contrato destinava metade da produção para o fazendeiro e a outra metade para o imigrante, descontando desta parte as dívidas contraídas, tanto com as prestações referentes ao lote como das ferramentas, alimentação e vestuário. Muitos imigrantes reclamavam que, ao final, ficavam sem

percepção de como diferentes projetos, que se preocupavam com a extinção da escravidão, representavam a pluralidade do pensamento dos produtores de café e cada qual apresentando suas dificuldades para considerarem outras formas de trabalho em um universo culturalmente escravista. Entendo como cultura,

Um conjunto de diferentes recursos em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa [...] assume forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (THOMPSON, 2008, grifos do autor)

Portanto, ao salientar que o universo era culturalmente escravocrata, pode significar o conjunto de crenças e códigos próprios dos escravistas enquanto grupo social, mas isto não significa que o processo de introdução de imigrantes não tenha encontrado resistência nas esferas sociais: os nacionais reivindicavam o direito ao trabalho, mas sem o controle rígido pelos cafeicultores que defendiam que, sem o “rigor da polícia”, seria difícil conter a vadiagem dos locais (APESP, 1888). Os imigrantes que reclamavam os maus tratos sofridos em algumas fazendas distantes da capital da província, onde o poder local era gerido pelos próprios fazendeiros, e os cafeicultores que clamavam por medidas que os indenizassem dos prejuízos sofridos com as leis que cada vez mais limitavam o trabalho escravo,

[...] a satisfação em relação aos imigrantes possibilita ponderar acerca da preferência por esses trabalhadores em relação aos nacionais despossuídos. Aparentemente, caboclos, caipiras, negros, índios e mestiços na virada do século, [são] freqüentemente ignorados ou inferiorizados em relação à sua participação na composição social e cultural da população paulista [...] (SANTOS, 2008)

Enfim, ao eleger esta abordagem, pretendo problematizar a questão da introdução de novos sujeitos, neste caso os trabalhadores estrangeiros, partindo dos incentivos do governo provincial/estadual⁹ paulista para a imigração e que respaldavam a manutenção do trabalho, realizado no espaço privado da produção, mas que se estruturaram a partir de bases legais e com incentivos financeiros públicos, leis que corroboravam com a organização e controle do estado para a preservação da mão de obra, durante o período elencado, 1880 - 1890.

dinheiro e, muitas vezes, mesmo assim, continuavam devendo aos cafeicultores.

⁹ A Sociedade Promotora de Imigração funcionou entre a monarquia e a instalação da república, sem contar a extinção da escravidão, em 1888.

Uma das possibilidades é a institucionalização de um órgão privado para administrar a política voltada à imigração, podendo ser considerado um diferencial que permite a compreensão dos mecanismos de introdução da mão de obra para as lavouras de café e a estrutura montada para que o processo de assentamento de cada família fosse concluído de forma a garantir a manutenção do projeto. Outra possibilidade, inserida neste contexto, pode ser encontrada na idealização do trabalhador desejado para a lavoura.

Ao salientar que uma das preocupações presente no cotidiano dos produtores de café era a introdução de mão de obra livre e estrangeira, não podemos desconsiderar que este trabalhador era trazido para atender a uma demanda específica: mão de obra para o trabalho na lida do café. Explico melhor, ao investir na execução do projeto que visava a introdução de famílias de imigrantes para o trabalho na lavoura, pode significar que aqueles envolvidos no processo buscam um “ideal de imigrante” que atenda aos propósitos que “procurava se desenvolver seguindo os moldes europeus de comportamento” (SANTOS, 2008) aliado a perspectiva de que a mão de obra imigrante era mais qualificada que a nacional.

[...] quais deveriam ser os trabalhadores idealizados como necessários aos interesses produtivos e às expectativas sociais e culturais dominantes. Isso sugere que a preferência por trabalhadores estrangeiros estava associada a uma rejeição em relação aos modos de viver da parcela nacional pobre [...] (SANTOS, 2008)

Podemos perceber as exigências feitas pela Promotora para selecionar aqueles que viriam a São Paulo, por exemplo: famílias, incentivo aqueles que já tinham parentes residentes na província e depois no estado, não seriam aceitos homens solteiros, necessariamente deveriam ser trabalhadores rurais. Todos estes pré-requisitos podem indicar a busca pelo imigrante ideal que atenda aos objetivos urgentes da produção cafeeira.

Para Verena Stolcke e Michael Hall (1984), que discutem a trajetória da inserção do trabalho livre imigrante nas fazendas de café de São Paulo na segunda metade do século XIX, as transformações ocorridas são justificadas pela inter-relação entre o sistema de exploração do trabalho e as formas de resistência dos trabalhadores, que acabam ajustando os processos de transformação da mão de obra nas lavouras cafeeiras.

Mesmo com a iniciativa de introduzir o trabalho livre nas fazendas de café, os autores ressaltam que os escravos continuavam a ser em maior número e a base da mão de obra no espaço rural. Portanto, o advento da imigração em larga escala e subvencionada e a

constituição efetiva de um mercado de trabalho capitalista podem ter resolvido as duas grandes dificuldades em relação ao trabalho livre: a dívida e a disciplina do trabalho.

E continuam, considerando que, com o patrocínio do governo imperial, e depois republicano, os fazendeiros legitimaram o controle do trabalho e mantiveram os preços fixos para as atividades exercidas, além da produção para subsistência. Sobre o trabalho livre, salientam que a maioria das discussões privilegia os “macromodelos” nos sistemas de trabalho agrícola ao invés de refletirem sobre a questão crucial que são as várias soluções adotadas para o processo histórico que introduziu o trabalho livre nas lavouras de café, mesmo com a presença do trabalho escravo.

Conforme declara Martinho Prado Júnior, imigrantista, em 1884, durante seu discurso na Assembléia Legislativa Provincial.

Se me disserem que o trabalho escravo é mais remunerador para o lavrador, concordarei, e ninguém poderá contestá-lo, bastando dizer que o escravo, apresentando um valor de dois contos, nos tempos de bons preços de café, nesta Província, produzia por ano um conto, sem mais despesa que 50\$000. Capital reprodutivo, deste modo e só uma vez empregado, ao passo que o colono reproduzia 100, mas absorvia pelo menos 50. (Assembléia Legislativa da Província de São Paulo, 1884).

Ocorria, porém, que nas condições de ajustamento estabelecido, o trabalho incentivado não era menos intenso que o servil: e numa estrutura que superava o quadro de trabalho fixo, abria a possibilidade de tornar elástico o número de braços e poderia, com isso, ampliar também o lucro.

Entretanto, a eventual formação do pecúlio no árduo trabalho do café significava a perspectiva do abandono da lavoura pelo imigrante, em busca de oportunidades mais lucrativas, na própria agricultura ou na cidade. Neste caso, se a sua introdução contínua e renovada envolvesse as despesas que vinham sendo adiantadas pelos próprios fazendeiros, as vantagens propiciadas pelo trabalho assalariado poderiam, teoricamente, vir a anular-se. (BEIGUELMAN, 1977).

O pensamento higienista também é considerado na análise, principalmente porque começa a tomar espaços na administração pública devido aos embates promovidos, dentro da hospedaria do Brás, entre os agentes sanitários, médicos e os imigrantes hospedados.

Para aqueles que, no período pesquisado, defendiam a política sanitária, o “corpo social” deveria ter seu bem-estar garantido pelo estado, portanto, era passível de serem justificadas leis e medidas adotadas para controlar as epidemias, além de resguardar os

interesses coletivos, que deveriam estar acima dos individuais. A ordem higiênica deveria ser introduzida e sua manutenção seria realizada pela “polícia médica”¹⁰.

A questão da higiene permeia o discurso dos séculos XVIII-XIX, não só refletindo sobre o meio ambiente e sua influência no cotidiano da sociedade, contudo o mais relevante é sua utilização para as causas sociais da insalubridade. As habitações populares, a sujeira do espaço público, aliado a má alimentação, e o excesso de trabalho são os fatores sociais que aliados aos fatores naturais, chuva, sol, ventos, etc., são os males que devem ser combatidos pela polícia médica.

Mauricio de Almeida Abreu (1997), destaca que o pensamento higienista tem suas bases na Europa e no século XVIII vai predominar no pensamento brasileiro em todo o império, desenvolvendo políticas públicas que visavam a melhoria da qualidade de vida da população.

Em 1829 é fundada a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro que se torna assessora do governo em questões de saúde pública e, em 1835, transforma-se na Academia Imperial de Medicina, que irá orientar a política sanitária do império.

Ao fazer o levantamento da documentação, foi possível encontrar relatos como: algumas cartas que imigrantes enviavam aos consulados de seus países ou seus parentes notificando os órgãos competentes dos países de origem relatando a situação e reclamando sobre as condições de vida; relatórios de fiscais da saúde pública sobre as condições de higiene nos vapores que traziam imigrantes; além de registros que informavam as condições sanitárias das hospedarias.

Enfim, a possibilidade de dialogar com diferentes fontes documentais, nunca se esgota enquanto tema e, muito menos, enquanto abordagem. É como se trabalhássemos no “campo da interpretação das interpretações” (CHALHOUB, 2009) para os vários sujeitos sociais presentes na análise e que não produziram, de forma direta, a documentação que possibilitasse uma reflexão a partir de suas falas.

Carlo Ginzburg (2009), ao se referir ao trabalho de Bakhtin, em seu *Gargântua e Pantagruel*, destaca, “em parte trata-se de hipóteses, não todas igualmente documentadas [...] os protagonistas [...] nos falam quase só através das palavras de Rabelais” (2009).

¹⁰ Termo utilizado para se referir aos agentes policiais que ficavam nas hospedarias de imigrantes para supervisionar e “orientar” os imigrantes em relação às normas de higiene estabelecidas para evitar a propagação de epidemias.

As narrativas privilegiam o poder local, para reconstituirmos as discussões e o modo das vivências dos estrangeiros, precisamos adotar uma análise que atenda as especificidades deste trabalho: que é trazer as falas dos imigrantes através da documentação produzida para organizar o trabalho rural cafeeiro.

Portanto, não podemos perder a perspectiva de indagar o documento a partir daqueles que o produziram, destarte “a narrativização das práticas seria uma “maneira de fazer” textual com seus procedimentos e táticas próprios.” (CERTEAU, 2007)

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Mauricio de Almeida. “Pensando a cidade no Brasil do passado. IN: *A cidade e o urbano: temas para debates*. José Borzacchiello da Silva (org.). Fortaleza, 1997, edições EUFC. (p.27-53)

BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1977. Unicamp, 2006

BIANCO, Maria Eliana Basile. *A Sociedade Promotora da Imigração (1886-1895)*. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada a FFLCH/USP, Departamento de História, 1982, mimeo.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Arte de fazer*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

_____, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

CHALHOUR, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GONÇALVES, Paulo César. *Mercadores de Braços: riqueza e acumulação na organização da emigração européia para o novo mundo*. São Paulo: tese de doutorado apresentada a FFLCH/USP, departamento de História Econômica, 2008. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponivel/8/8137/tde-30092008-162725/>, acessado em 04 maio 2009.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo (1886-1934)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo, Annablume, 2008.

SANTOS, Ivison Poletto. *A Sociedade Promotora de Imigração e o financiamento público do serviço de imigração (1886-1895)*. São Paulo: dissertação de mestrado apresentada a FFLCH/USP, Departamento de História, 2007.

STOLCKE, Verena e **HALL**, Michael M. “A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo”. IN: *À lucta, trabalhadores!* São Paulo, Revista Brasileira de História, v. 3, n.º. 6, pp. 80-120, 1984.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras. 2008.

FONTES DOCUMENTAIS IMPRESSAS

Relatórios

PARNAÍBA. Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da Província Barão do Parnaíba, no dia 17/01/1887.

_____. Exposição com que o Exm. Snr. Visconde do Parnahyba passou a administração da província de São Paulo ao exm. Snr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves presidente desta Província no dia 19 de novembro de 1887. São Paulo. Typographia a vapor de Jorge Seckler & Comp. 1888.

JORNAL

A Província de São Paulo, 1886 e 1888

FONTES DOCUMENTAIS MANUSCRITAS

Arquivo Público do Estado de São Paulo

C02682 – Polícia, 1887

C04122 – Imigração, 1881-1889

C05528 – Imigração, 1881-1886

C05529 – Imigração, 1887

C07886 – Minutas Lepra, 1886 e 1935

E1409 – Livro de movimentação financeira da Sociedade Promotora de Imigração, 1887-1893

E1411 – Livro de entrada de imigrantes da Sociedade Promotora de Imigração, 1886-1894